

• Política

GAZETA MERCANTIL

CONSTITUINTE

Empresários mineiros instalam-se em Brasília para fazer "lobby"

por Yves Leon Winandi de Belo Horizonte

A Associação Comercial de Minas (ACM) inaugura hoje pela manhã, em Brasília, seu primeiro escritório de representação política e econômica na capital federal. O objetivo é manter, na cidade, um "núcleo" mineiro que permita agilizar os contatos dos empresários regionais com membros do Poder Executivo e do parlamento, além de auxiliar na divulgação dos assuntos considerados de interesse do estado.

"Estamos inaugurando um escritório com todo o aparato (secretária, telex, assessoria) para que funcionemos de forma visível, e para dar condições de ressonância aos nossos congressistas. Não é para pressionar, mas para fazer caixa de ressonância", explicou ontem, em Belo Horizonte, Hiram Reis Correa, presidente da ACM, entidade representativa dos empresários da capital mineira.

Convencidos da necessidade de participar diretamente dos grandes debates nacionais, os empresários filiados à ACM pretendem conversar diretamente com os membros do governo ou do Legislativo, quando considerado necessário. "Para legitimar nossa ação não vamos fazer isto por intermédio de terceiros. No caso, o 'lobby' é privativo dos diretores da associação, ou de empresários", informou.

Nas atuais circunstâncias, o trabalho considerado prioritário, pelo empresário, será o voltado para a Assembléia Nacional Constituinte, com o fim de fazer valer o ponto de vista dos empresários da região no que se refere às propostas para a nova constituição brasileira. "A prioridade, hoje, é a constituição. Em segundo lugar estão os projetos econômicos de Minas Gerais", disse Correia.

Especificamente, em seu discurso de hoje, durante a inauguração do escritório, Hiram Correia deve mencionar um dos itens que preocupam o empresário mineiro com relação à Constituinte. "Vou abordar a questão tributária, no sentido de que o sistema tributário nacional deve ser de proteção do cidadão e de limitação do estado", explicou.

Com isto, ele quis deixar

claro que a ACM — e, também, o restante das associações comerciais do estado, pois Hiram é presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas — é contrária à criação de novos tributos, como sugerido em algumas propostas de Constituição. Na sua opinião, melhor seria que se preocupasse dar um percentual dos impostos atualmente existentes aos municípios, quando de seu efetivo pagamento.

Outras sugestões rejeitadas pelo empresariado mineiro, acrescentou, são as que propõem a semana de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego. "Queremos garantir o direito ao trabalho (inclusive do empresário) não evitando que se possa demitir, mas garantindo uma remuneração a fim de que essa demissão não seja danosa à vida do trabalhador", afirmou o presidente da ACM.

Hiram Correia também deverá participar, amanhã, de uma reunião do empresariado mineiro com o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo de Alencar Castelo Branco, seguida de um jantar em sua homenagem.

"Em seu recente discurso, no Rio de Janeiro, o ministro assumiu posições muito definidas sobre dívida externa, definição da empresa nacional e livre iniciativa. Isto deve ser ressaltado", comentou, ao explicar as razões da homenagem. "E que ele tem tido posicionamentos bastante claros, corajosos, sobre a conjuntura brasileira", disse, por sua vez, Francisco Sales Dias Horta, presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte.

No encontro de trabalho, antes do jantar, os empresários mineiros deverão solicitar ao ministro, que o governo federal procure dar mais importância a Minas quando da definição de políticas para o setor industrial.

Entre outras, deve-lhe ser solicitado que o escritório da Cacex em Belo Horizonte possa decidir sobre pedidos de importação; que Minas tenha um pólo químico; que os empresários mineiros possam pagar menos impostos; que as microempresas tenham mais apoio do governo e que a indústria sucroalcooleira seja mais beneficiada pelo governo.

Insatisfeita, esquerda busca estratégia única

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Os líderes dos partidos de esquerda e das correntes progressistas do PMDB traçaram ontem a estratégia que vão adotar daqui para a frente na Constituinte. Descontentes com as soluções que estão sendo formuladas pelos relatores da Comissão de Sistematização em conjunto com as lideranças do PMDB, e convencidos de que estão sendo postos de lado na negociação das questões polêmicas, os chamados progressistas pretendem estabelecer uma sólida unidade em torno de pelo menos vinte temas da futura Constituição.

Juntos, o PT, o PDT, o PCB, o PC do B, o PSB e o Movimento Unidade Progressista (MUP), uma ala do PMDB, reúnem cerca de 150 dos 559 constituintes, estima o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT.

Ao todo, os constituintes desses partidos já apresentaram mais de 3 mil emendas ao projeto de Constituição. "Caso as fórmulas incorporadas ao projeto de Constituição pelos relatores da Comissão de Sistematização se distanciem demais das aspirações populares", pondera o deputado José Genoíno, vice-líder do PT, "faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar que a nova Constituição seja conservadora."

A supressão no substitutivo dos dispositivos sobre estabilidade no emprego e sobre a limitação da jornada de trabalho em quarenta horas semanais, a definição de empresa nacional e de empresa nacional de capital estrangeiro, a disciplina das Forças Armadas, que, segundo Genoíno, dispensa o controle democrático do poder civil sobre o militar, preocupam os progressistas.

Doze constituintes do grupo reuniram-se ontem no Centro Cultural Missionário, na Asa Norte, a poucos quilômetros do Congresso Nacional, para definir os seus próximos passos. Assim que o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, apresentar o seu substitutivo, possivelmente amanhã, os progressistas se reunirão para definir as emendas que deverão apresentar em conjunto. Eles vão tentar negociar com os relatores para que o substitutivo seguinte incorpore as suas propostas.

Se não tiverem sucesso, lançarão mão de seus trunfos. Um deles é a possibilidade de obstruir as votações de plenário. Se pedirem destaque para a votação de suas 3 mil emendas, o que podem fazer com somente 35 assinaturas, dificilmente a nova Constituição estará concluída neste ano.

SISTEMA DE GOVERNO E ESTRUTURA SINDICAL

Dois temas não serão incluídos nas emendas que os progressistas defenderão: sistema de governo e estrutura sindical. O PT defende o presidencialismo, o PCB o parlamentarismo, o PF defende o pluralismo sindical, o PCB, a unidade. São temas em que não há consenso.

Mas há consenso entre os progressistas sobre o voto proporcional, a imissão imediata da União na posse dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, a criação do tribunal constitucional, a estabilidade no emprego e jornada de trabalho de quarenta horas semanais, a disciplina das Forças Armadas, a definição de empresa nacional, o conselho de comunicação e sobre o capítulo dos direitos coletivos.